

Linguagem e trabalho: diálogo entre a translinguística e a ergologia

Maria da Glória Corrêa di Fanti*

Resumo

Considerando a importância da análise de práticas de linguagem para o (re)conhecimento da complexidade de atividades distintas de trabalho, este artigo propõe um diálogo entre pressupostos da teoria bakhtiniana e a abordagem ergológica a fim de refletir sobre a produtividade dessa aproximação para pesquisas que contemplem a interface linguagem e trabalho. Com a reflexão proposta, busca-se mostrar que a perspectiva dialógica apresenta importantes subsídios para o tratamento da linguagem, que, em articulação com a ergologia, contribui para a produção de conhecimento sobre o trabalho.

Palavras-chave: Abordagem dialógica. Enfoque ergológico. Linguagem e trabalho. Atividade humana. Ato ético.

Considerações iniciais

Entendendo o trabalho como *atividade industrial* que causa *desconforto intelectual* devido à sua complexidade na emergência de sujeitos históricos que ressingularizam valores, saberes e experiências, observa-se a necessidade de um conjunto de disciplinas para a sua análise (SCHWARTZ, 2000, 2010a, 2011; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Nessa perspectiva, embora não se dispensem as reflexões sobre “inter”, “pluri” e “transdisciplinaridade”, já bastante debatidas nas ciências humanas, buscamos pensar

* Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC/SP, com doutorado-sanduiche no Departamento de Ergologia na Universidade de Provence (França). Mestre em Letras pela UFSM. Atualmente é professora do Departamento de Estudos Linguísticos e do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC/RS. É líder do grupo de pesquisa Tessitura: Vozes em (Dis)curso (CNPq) e coordenadora do GT Linguagem, Enunciação e Trabalho da ANPOLL. E-mail: gdifanti@gmail.com

Data de submissão: abr. 2012 – Data de aceite: maio 2012

no trabalho, ou mais precisamente na atividade de trabalho, como um lugar fluido, precisamente “indisciplinar”, que necessita da recorrência a outras áreas do conhecimento além da de origem do pesquisador. Assim, se, por um lado, parece haver certo consenso nas ciências humanas de que uma disciplina é incapaz de resgatar a complexidade dos fenômenos sociohistóricos, por outro, não há dúvidas de que as análises variarão dependendo do campo disciplinar de base do pesquisador e do tratamento dado ao objeto de investigação.

Faz-se necessário, desse modo, discorrer sobre a área em que nos situamos – os estudos da linguagem, especificamente os enunciativo-discursivos – e, a partir da qual propomos a presente reflexão. Tendo como base o arcabouço teórico-metodológico desenvolvido por Bakhtin e seu Círculo¹, é válido destacar a proposta de uma “metalinguística” para tratar o *discurso*, compreendido como “a língua em sua integridade concreta e viva” e suas relações dialógicas, as relações de sentido desencadeadas (BAKHTIN, 2010a, p. 207). Visando facilitar o entendimento da teoria dialógica do discurso, sem confundir o conceito de metalinguística com acepções comumente difundidas, utilizamos a designação “translinguística”, referida, dentre outros, em Todorov (1981), Clark e Holquist (1998) e Morson e Emerson (2008). Essa opção parece ser coerente ao assinalar, via prefixo “trans”, o movimento de ir “além da” linguística do

sistema, uma proposta de mudança a partir de uma disciplina de base, que, não ignorando suas contribuições, já que os aspectos linguísticos são componentes orgânicos da constituição complexa dos enunciados concretos, propõe uma complementação entre ambas. Embora a translinguística e a linguística estudem a língua, cada uma estuda “sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão”: a primeira voltada para as relações dialógicas, a segunda, para as relações lógicas (BAKHTIN, 2010a, p. 207). A translinguística, desse modo, sem desconsiderar as relações lógicas, preocupa-se em observar a vida da linguagem, sua dinamicidade e caráter de novidade, o acontecimento, que permite a circulação de posições avaliativas de sujeitos situados histórico-socialmente e a permanente renovação de sentidos.

A preocupação com a constitutiva relação entre a língua e a vida, presente na obra bakhtiniana, aponta para a interface de estudo com áreas diversas. Brait (2005, p. 8), nessa perspectiva, observa que os estudos bakhtinianos “têm merecido, nos últimos anos, grande atenção por parte de diferentes áreas do conhecimento”, como em diversas traduções, ensaios e “especialmente, na circulação de noções, categorias, conceitos advindos diretamente do pensamento bakhtiniano, com ele aparentados ou, ainda, por ele motivados”. Destaca ainda que a obra do Círculo aparece não só relacionada a questões de linguagem, como nos estudos linguísticos e literários, mas

também a abordagens transdisciplinares (educação, pesquisa, história etc.).

Se as contribuições bakhtinianas na primeira metade do século passado já propunham um olhar para além da linguística do sistema, poder-se-ia esperar que hoje houvesse certa concordância da necessidade de se estabelecer inter-relações com disciplinas distintas a fim de se efetuar a análise do discurso produzido em diferentes esferas de atividade. No entanto, ainda se observa por parte de alguns pesquisadores um olhar estritamente disciplinar que, muitas vezes, não só reivindica uma delimitação precisa de fronteiras como também imprime um caráter contestatório a estudos interdisciplinares. É, nesse sentido, que a contribuição de linguistas em pesquisas que têm como objeto de estudo a atividade humana de trabalho, tradicionalmente investigada por outros domínios de conhecimento, como a ergonomia da atividade, sociologia e psicologia do trabalho, ainda tem sido pouco reconhecida. É comum que pesquisadores de outras áreas associem a investigação na área de linguística a reflexões voltadas para características do sistema da língua sem considerar o fator humano nos processos interacionais, o que não contribuiria para um debate produtivo para a compreensão do trabalho.² Também, na área da linguística, não é raro que haja uma certa resistência a tais pesquisas ao se considerar que o trabalho é um objeto de estudo de outras áreas. Essa constatação é importante e deve ser posta

em discussão nas investigações atuais a fim de que seja reconhecida a função primordial do estudioso da linguagem em pesquisas que se dedicam, a partir de sua área de conhecimento, à análise de práticas laborais.

Sob esse aspecto, a questão que se põe é: a que outras disciplinas devemos recorrer para estabelecer interlocução a fim de criar conhecimento sobre o objeto em investigação? Considerando a perspectiva bakhtiniana para a análise do enunciado, destacamos a pressuposição de uma atitude responsiva ativa que, no caso da pesquisa, implica uma postura crítica do pesquisador diante da opacidade do material de estudo, de modo a responder à complexidade e às questões que surgem no decorrer da investigação.³ O processo investigatório, entendido como uma construção dialógica, responsável e ética, procura resgatar a vivacidade do objeto e, não visando superar as diferenças, faz emergir sua relação com o outro e sua história, de forma a ouvir diversas vozes que se fazem escutar (assimiladas, dissonantes, excedentes, silenciadas) para criar um caminho próprio, fazer escolhas e propor procedimentos teórico-analíticos que respondam às especificidades do objeto (DI FANTI, 2009; AMORIM, 2001). Desse modo, há de se considerar um necessário diálogo com abordagens especializadas no trabalho, que tenham como foco a atividade humana, objeto complexo e multifacetado, que necessita de várias disciplinas para compreendê-la, dentre elas a linguística, como é o caso da ergonomia.⁴

Tendo em vista a importância da análise de práticas de linguagem para o (re)conhecimento da complexidade de atividades distintas de trabalho (NOUROUDINE, 2002; DI FANTI, 2005, 2009; DI FANTI; SOARES, 2007; SOUZA-E-SILVA, 2005) e instigados a ampliar horizontes epistemológicos no que se refere à produção de conhecimento sobre as relações de trabalho a partir da análise da linguagem, temos o objetivo, nesta reflexão, de fazer dialogar pressupostos da teoria dialógica do discurso, entendida como translinguística, com a ergologia a fim de refletir sobre a produtividade dessa aproximação para a análise do trabalho.

Abordagem dialógica e enfoque ergológico

A proposta de pôr em discussão a abordagem dialógica e a ergológica poderia parecer desnecessária ao considerarmos que a translinguística se propõe a analisar o enunciado, em sua materialidade verbal e não verbal, produzido por diferentes sujeitos discursivos, em interações concretas. No entanto, estaríamos sendo pouco condizentes ao princípio dialógico que implica o estabelecimento permanente de variadas relações responsivas com discursos de outros, como é o caso de outras áreas de conhecimento. Desse modo, se uma pesquisa tem como objeto de reflexão a atividade de trabalho, faz-se necessário buscar subsídios em áreas especializadas. É seguindo esse

pensamento e considerando a necessidade de se analisar a linguagem para se conhecer aspectos da complexidade do trabalho que, nesta seção, trazemos para reflexão noções desenvolvidas pela translinguística e pela ergologia.

Para a translinguística, a linguagem é uma atividade que se constitui a cada interação verbo-social, na “comunicação dialógica”, “verdadeiro campo da vida da linguagem”, do discurso, do enunciado concreto. O enunciado, desse modo, materializa-se pela interação entre sujeitos situados em um determinado momento social e histórico, sendo o en-dereçamento do dizer constitutivo de sua produção. As relações dialógicas, como explica o pensador russo, “são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas a abordagem dialógica é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada” desde que nela se choquem duas vozes. Isso acontece ao se considerar a palavra como “signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro” (BAKHTIN, 2010a, p. 209-210). Nesse âmbito, a palavra, como explica Bakhtin/Volochinov (2006), é, por excelência, um signo ideológico que não só reflete, mas também refrata uma dada realidade. É considerada em sua natureza dinâmica, cujos acentos valorativos instauram diferentes relações de sentido com outras palavras, outros signos ideológicos.

O enunciado, independentemente de sua extensão, desde uma palavra até

uma obra de vários volumes, é dialógico, ideológico e histórico. Em sua composição, há um entrecruzamento de vozes discursivas em concorrência, em que se encontram e se distanciam diferentes pontos de vista, visões de mundo. Dessa forma, o enunciado constitui-se como uma resposta a uma realidade concreta, ou seja, o enunciado se materializa heterogeneamente quando um indivíduo, de um dado contexto cultural, toma uma atitude responsiva (em relação ao objeto do discurso e à atitude do outro sobre o objeto), posição ideológica corporificada por acento valorativo. Logo, o enunciado surge num determinado momento histórico, tocando em diversos “fios dialógicos existentes” e participando ativamente do diálogo social. A relação entre o enunciado e o objeto do discurso é complexa, uma vez que o objeto é constituído por pontos de vista e apreciações de outros, o que cria interações variadas. Assim, o enunciado se concretiza a partir da interseção de diferentes vozes, em que forças de centralização e de expansão em permanente tensionamento desencadeiam a circulação de variados efeitos de sentido (BAKHTIN, 1998, p. 86).⁵

O princípio dialógico pressupõe a heterogeneidade constitutiva, a inexauribilidade, a inconclusividade do enunciado, o que estabelece não só variadas inter-relações com outros enunciados/discursos, mas também diferentes relações de sentido. Tal compreensão remete à necessidade de se analisar o enunciado concreto nas diferentes esferas de

atividade em que é produzido e circula, observando-se vozes que ressoam nas interações verbais. Essa perspectiva vai ao encontro da afirmação de Nouroudine (2002), que, associada às análises de trabalho, entende ser a linguagem um dispositivo revelador da complexidade do trabalho.

A partir dessa afirmação, que tem como pressuposto o fato de o trabalho ser complexo, passamos a discorrer sobre contribuições da ergologia que julgamos pertinentes para o propósito deste artigo. O trabalho, no entendimento do filósofo Yves Schwartz (2011, p. 20), criador da abordagem ergológica, “é uma realidade enigmática”, que “escapa a toda definição simples e unívoca”. Essa compreensão está no cerne da ergologia, que teve três grandes influências em sua formação: a experiência de pesquisa-intervenção do médico e psicólogo italiano Ivar Oddone, as reflexões da ergonomia da atividade, em especial de Alain Wisner, e a filosofia de George Canguilhem (SCHWARTZ, 2006, p. 459-460). De Oddone, que desenvolveu com seu grupo o conceito de “comunidade científica ampliada”, buscando aproximar, em um contexto histórico singular, os operários da Fiat italiana, os integrantes dos sindicatos e o pessoal da universidade, veio a inspiração de propor a aproximação da academia ao mundo do trabalho.⁶ Da ergonomia da atividade, que constatou haver no trabalho uma distância entre o prescrito e o real, contrapondo-se à visão positivista do regime taylorista, que

considerava o trabalhador um mero executor das prescrições, resgatou o conceito de atividade humana de trabalho. Da filosofia da vida de George Canguilhem, inspirou-se para ampliar o conceito de atividade, considerando-a como “atividade industriosa [que] envolve sempre um debate de normas”, o que remete à relação entre o social e o singular, à possibilidade de escolhas.

Constituindo-se a partir de diferentes tendências, a ergologia, de acordo com Trinquet (2010, p. 94), “é um método de investigação pluridisciplinar [filosofia, linguística, ergonomia da atividade, psicologia do trabalho, sociologia etc.] em função de a atividade humana ser muito complexa para se compreender e analisar a partir de uma única disciplina [...] *Todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente*”. Ao valorizar a dimensão das relações humanas no trabalho, a ergologia busca recuperar valores no que se refere ao reconhecimento dos múltiplos saberes e experiências. Para tanto, propõe um dispositivo de análise baseado em três polos: o *polo dos saberes constituídos* (conceitos, competências e conhecimentos acadêmicos), o *polo dos saberes investidos na atividade* (experiência prática e recriadora de saberes via debate de normas) e o *polo das exigências ergológicas* (exigência ética e meios para a busca de soluções). Na análise de uma situação particular de trabalho, o primeiro e o segundo polo são complementares, pois a interlocução “entre essas duas formas de saberes são indispensáveis”.

O terceiro polo busca criar espaço para que os diferentes interlocutores, em suas variadas posições, “possam definir e elaborar as disposições e os meios” para o debate (TRINQUET, 2010, p. 104-105). Nessa perspectiva, a ergologia busca fazer emergir trocas, conhecimentos e respostas, considerando não só os saberes acadêmicos, mas também os saberes dos trabalhadores, que “servem de *forças de convocação e reconvocação*” (p. 100). A postura de associar ambos os saberes (constituídos e investidos) “consiste em uma atitude deontológica e ética, mas se trata, sobretudo, de uma *postura científica*”, em que a experiência do trabalhador na microgestão da atividade, no retrabalho das normas antecedentes, põe em evidência características da atividade concreta.

Considerando tais observações, passamos a discutir sobre algumas noções basilares que perpassam, cada uma a seu modo, a translinguística e a ergologia e que merecem uma reflexão pontual para os propósitos deste artigo.

Atividade humana: ato ético, atividade de linguagem e atividade de trabalho

A noção de atividade humana, se por um lado pode ser considerada um ponto de contato entre a translinguística e a ergologia, possibilitando observar a indissociável relação entre as atividades

de linguagem e de trabalho, por outro, deve ser observada a partir das particularidades de cada abordagem. Embora ambos os enfoques considerem a atividade humana, seus objetos de reflexão são diferentes.

Na teoria bakhtiniana, a noção de atividade (humana) está circunscrita, dentre outras, na noção de ato ético. No texto *Para uma filosofia do ato* (BAKHTINE, 2003; BAKHTIN, 2010b, BAKHTIN s.d.), o pensador russo discute o ato ético como um ato responsável. Para tanto, discorre sobre a *arquitetônica do ser*, em que o ser humano é o centro axiológico em permanente relação com outros valores. O foco, nesse sentido, recai sobre o acontecimento, o evento único do ser, em um plano concreto, cuja responsabilidade, uma ética democrática, revela a singularidade do ato. Para Faraco, o texto de Bakhtin sobre o ato

contém (em gérmen, é verdade, considerando seu caráter de rascunho fragmentário) as coordenadas que sustentarão boa parte do edifício posterior: a eventicidade (o ir-repetível), o sempre inconcluso (o que está sempre por ser alcançado), o antirraciona-lismo (o antissistêmico), o agir (o interagir) e, acima de tudo (segundo meu ponto de vista), o axiológico (o vínculo valorativo), que, em PFA, é designado principalmente pela expressão “tom emotivo-volitivo” (2010, p. 148).

Na arquitetônica da responsabilidade, a relação eu / outro é constitutiva. Observando dois momentos inseparáveis da contemplação, a empatia (aproximação) e a objetivação (distanciamento, exotopia), Bakhtin postula que a relação

eu / outro pressupõe a existência de dois lugares diferentes, em que um não pode ocupar o lugar do outro, uma vez que são centros de valor essencialmente diferentes, no entanto estão intrinsecamente correlacionados. Para compreender um objeto, é necessário que o contemplador compreenda seu dever em relação a ele, a atitude ou posição a ser tomada em relação a ele, o que pressupõe uma participação responsável. O sujeito é um centro de valor em relação – eu-para-mim, outro-para-mim, eu-para-outro –, que, ocupando um lugar único (espacial e temporal) na arquitetônica valorativa concreta, se constitui como evento em processo com outros membros reais, “interconectados por relações-eventos no evento único do Ser” (BAKHTIN, s.d., p. 35-78).

O “eu” é o responsável pelo ato (o não-álibi no ser) na indissociável relação com o “outro”, alteridade constitutiva. Tais considerações remetem a observações de Ponzio relativas à palavra *edinstvenniji*, tida como termo-chave da obra de Bakhtin, que significa “singular, único, irrepitível, excepcional, incomparável”. Sua importância está na “singularidade, aberta a uma relação de alteridade consigo própria e com os outros, uma singularidade em ligação com a vida do universo inteiro, que inclui em sua finitude o sentido de infinito [...]” (PONZIO, 2010, p. 14).

Criticando teorizações desvinculadas do ato humano, Bakhtin (2010b, s.d.) propõe que se observe o ato como

um evento único do ser, cuja inteireza implica a não divisão entre a forma e o conteúdo e entre o domínio da cultura e a irrepetibilidade da vida. O ato ético, responsável, é o meio pelo qual a pernicioso divisão entre a cultura (oficial) e a vida pode ser superada. Nessa busca pela dissolução de dicotomias, em que teoria e prática e processo e produto, por exemplo, devem ser pensados em correlação, o filósofo da linguagem, como observa Ponzio (2010, p. 17), “rejeita a concepção bastante arraigada e aceita da verdade como composta de momentos gerais, universais, com algo reiterável e constante, separado e contraposto ao singular e ao subjetivo”. Assim distingue duas verdades: a *istina* e a *pravda*. Enquanto a primeira corresponde às generalizações, ao repetível, a segunda corresponde à singularidade, à dimensão irrepetível.⁷

Para Bakhtin (2010b; s.d., p. 56-57), a assunção de um ato não é determinada pelo seu conteúdo (de uma obrigação), mas sim pelo reconhecimento dele. O aspecto do conteúdo é apenas um momento constituinte, mas o que é decisivo é a “ação [ato] responsável”. Seguindo esse pensamento, Ponzio (2010, p. 17) observa que “nenhum princípio ou valor subsiste como idêntico e autônomo, como constante, separado do ato vivo do seu reconhecimento como princípio válido ou valor”.

Ao considerar o ato ético e, portanto, responsável, como um evento, o filósofo da linguagem contesta a sua generali-

zação, uma vez que, fundado no sujeito, o ato se institui como o acontecer, a historicidade singular, viva, que se materializa irrepetivelmente como enunciado concreto (enunciado dialógico, verbal e não verbal). Desse modo, observa que o ato, um “evento único do Ser”, é como um Jano bifronte, que olha, ao mesmo tempo, em duas direções opostas: “para a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a unicidade irrepetível da vida realmente vivida e experimentada” (BAKHTIN, s.d., p. 20).

Tendo como base essas reflexões, é possível observar que, na própria singularidade do ato, se resgatam características de âmbito geral, recorrentes, socializadas, necessárias para a ação humana. No mundo do acontecimento, uma atividade participativa, responsável, axiológica e dialógica do sujeito, inclui o devir, o desejável e o caráter único e singular (“aquilo que pode ser feito por mim não pode nunca ser feito por ninguém mais”), que remete a não coincidência (BAKHTIN, s.d., p. 58).

Bakhtin, nessa obra, traz as bases filosóficas de conceitos como enunciado/enunciação e dialogismo.⁸ Ao mostrar que nenhum objeto é dado como simplesmente um dado, mas sim é dado em conjunção com um outro dado que está conectado, que está em relação, o pensador russo observa que a materialização ocorre no acontecimento do ato, vivo, concreto e único. A palavra viva não conhece um objeto como algo “dado”, mas sim como “criado”, pois o simples

fato de se falar sobre ele já significa a assunção de “uma certa atitude sobre ele – não uma atitude indiferente, mas uma atitude efetiva e interessada”, uma atitude responsiva ativa, acentuada valorativamente (BAKHTIN, s.d., p. 50). Referindo-se à reflexão sobre linguagem e enunciado em *Para uma filosofia do ato*, Faraco observa a antecipação de Bakhtin ao já considerar a linguagem “como atividade (e não como sistema) e o enunciado como um ato singular, irrepetível, concretamente situado e emergindo de uma atitude ativamente responsiva”, o que estabelece a interdependência “entre enunciado e situação concreta de sua enunciação” e sentido e atitude avaliativa (FARACO, 2009, p. 23-24).

Nessa perspectiva, a linguagem, para os estudos bakhtinianos, institui-se como atividade responsiva, formalizando-se em situação concreta, na enunciação, por enunciados (que manifestam as relações do locutor com outros enunciados). Enunciar é agir, é tomar atitude diante do outro (discurso, interlocutor etc.), é responder a algo ou alguém, é participar da cadeia complexa de discursos, produzindo signos, textos, enunciados. Essa atitude, seguindo os pressupostos bakhtinianos, contempla a linguagem em uma complexa abrangência, cujo caráter dialógico incorpora em sua constituição aspectos sociais, históricos, culturais e ideológicos, sem relação de exclusão (BAKHTIN, 2003a, 2003b).

Tendo em vista a noção de atividade – dialógica – como essencialmente

marcada pela responsividade, atitude responsiva ativa, singular, dinâmica e complexa como o enunciado, em que o indivíduo que se responsabiliza pela ação tem papel fundamental, passamos a discorrer sobre a atividade de trabalho na perspectiva da ergologia. Assim como a atividade de linguagem é opaca, não transparente, a atividade de trabalho também o é, já que se configura como uma *alquimia indefinida*, um espaço em que circulam diferentes histórias, valores e saberes. Falar da atividade, considerando a inter-relação teórica proposta, é, portanto, ressaltar a opacidade do “dizer” e do “fazer”. É considerar a singularidade do sujeito em sua constituição heterogênea e dialógica.

Conforme o enfoque ergológico, a situação de trabalho é um espaço singular que acumula historicidade em diversos níveis, dando dinamicidade à atividade laboral. Essa dimensão dá ênfase à relação dinâmica entre o debate de normas, que instaura um *desconforto intelectual* no pesquisador ao observar que o conceito é sempre defasado em relação à experiência do trabalhador. Tal qual o ato ético/responsável proposto por Bakhtin, a atividade de trabalho não pode ser pensada somente pela teoria, sem se considerar a prática, já que ambas coexistem dinamicamente, e o sujeito sempre extrapola o “esperado” (SCHWARTZ, 1997). Como observa o pensador russo, “eu não posso incluir meu real e minha vida (como momento) no mundo constituído pelas construções

da consciência teórica, em abstração do ato histórico individual e responsável” (BAKHTIN, s.d., p. 26).

As normas constituem nosso dia a dia, pois são necessárias para a vida em comum, em sociedade; no entanto, sempre fazemos escolhas e as reatualizamos. Na atividade de trabalho, é impossível repetir uma tarefa, uma prescrição, uma vez que as renormalizações são permanentes. Sempre há variabilidades a serem geridas, que provocam (re)formulações de conceitos, tanto dos trabalhadores, quanto dos pesquisadores. As singularidades garantem a preservação da dimensão de incompletude que, associada ao princípio dialógico, remete ao caráter inconcluso dos enunciados, tendências entre formas organizadas de trabalho (coletivo) e experiências subjetivas (constituídas na relação com o outro) (SCHWARTZ, 1997, 2000, 2007).⁹

Para Schwartz, o trabalho “sempre comporta uma parte invisível ou uma penumbra”. Enquanto uma parte dessa invisibilidade pode ser eventualmente elucidada, a outra se mantém invisível, não aparente (SCHWARTZ, 2011, p. 31). A atividade humana caracteriza-se “como um nó de debates [muitos invisíveis] entre normas antecedentes e tentativas de renormalização na relação com o meio”, já que emergem valores diversos, consensuais e contraditórios em situação (p. 34). A atividade é tecida por escolhas permanentes; por isso, sempre haverá renormalização, mesmo que parcial. Também na atividade de

linguagem, o sujeito, na constitutiva relação com o outro, sempre faz escolhas, o que assinala a permanente tensão entre o reiterável e o irreiterável, o esperado e o inesperado. O ato humano pressupõe algo de inatencível, que remete à transgressão “criadora”, ou ainda, a uma espécie de “subversão renormalizante”, que é constitutiva da vida com saúde (SCHWARTZ, 2007, 2010b).

Considerando essas observações, em especial pontos que permitem relacionar a atividade de linguagem e a atividade de trabalho, como a irredutibilidade a generalizações, a tensão entre aspectos recorrentes e singulares, a participação única e inter-relacional do sujeito e a opacidade constitutiva do “dizer” e do “fazer”, passamos a discutir sobre a questão da verbalização do trabalho.

Verbalizar para (re)conhecer: impasses e perspectivas

A questão da verbalização do trabalho tem sido bastante discutida entre diferentes estudiosos que consideram a atividade de trabalho complexa, o que demanda reflexões a partir da experiência do próprio trabalhador. Seguindo essa perspectiva, que revela uma busca de aproximação entre os saberes da academia e os da experiência laboral, temos dialogado com pesquisadores que têm contribuído sobre essa questão, como é o caso do linguista Daniel Faïta (1997, 2002, 2005), do psicólogo do trabalho Yves Clot (2010) e do filósofo

Yves Schwartz (1997, 2006, 2010b).¹⁰ De acordo com a proposta deste artigo, de colocar em interação pressupostos da teoria bakhtiniana com o enfoque ergológico, tomamos algumas considerações de Schwartz (2010b) sobre a verbalização do trabalho e a difícil relação entre linguagem e trabalho para, na sequência, trazermos para interlocução aspectos da teoria dialógica do discurso.

Na visão de Schwartz (2010b), a relação entre linguagem e trabalho não é simples. Duas diferentes hipóteses, embora falsas, no dizer do filósofo, podem ser levantadas, pois provocam reflexões instigantes:

- (a) “há uma relação difícil porque, enfim, o que pode ser dito sobre o trabalho? Não há a nada a dizer a respeito, logo, não é surpreendente constatar a dificuldade de falar sobre ele”; (b) “não é que não haja nada a dizer a respeito; o que ocorre é que, digamos, os ‘trabalhadores’ – entre aspas – têm um registro de expressão pobre demais para serem capazes de dizer o que há no trabalho” (p. 133).¹¹

Quanto à primeira hipótese, ressoam os preceitos do taylorismo, segundo os quais o trabalho seria considerado excessivamente simplificado, ou seja, “demasiado pobre para que alguém se impusesse a cansativa tarefa de dizer algo a respeito”. No que se refere à segunda hipótese, ocorre de o trabalhador, ao ser convocado a verbalizar sobre o seu fazer, argumentar que não tem nada a dizer, pois “não se dá conta de tudo o que está gerindo” (SCHWARTZ, 2010b, p. 134). Este impasse é superado quando o trabalhador, ultrapassando essa fase, repensa sobre o seu fazer, o que desencadeia um

novo modo de ver a atividade, resultando em uma afirmação do tipo: “é complicado demais para falar!”. A complicação, como se percebe, não está vinculada ao registro de expressão propriamente, mas sim à dificuldade de conseguir pôr em palavras a complexidade da atividade laboral.

Conforme Schwartz (2010b), refletir sobre a importância e a complexidade da linguagem é fundamental para os locutores não só reconhecerem a riqueza de sua expressão verbal, mas também “reconsiderar[em] sua própria relação com o trabalho”. Tal perspectiva remete à necessidade de manipular conceitos relativos à linguagem, como a relação entre linguagem e experiência, que “é uma maneira de conceber a experiência de outra forma”. Tal postura acarreta a mudança do “olhar sobre si próprio, o olhar sobre os outros, e isso é com certeza um elemento que transforma o engajamento no ambiente de trabalho” (p. 136).

Para exemplificar, Schwartz relata uma experiência de pesquisa, com equipe pluridisciplinar, em que se abordou com um executivo conceitos relativos à concepção de trabalho (prescrito e real), tanto de forma teórica como prática, que resultou em uma espécie de transformação do modo de o executivo ver o outro: “concluindo, entendo agora que, de maneira bastante natural, vê-se primeiro no outro seu trabalho prescrito e não seu trabalho real”. Tal afirmativa traz à tona “a lógica de redução e de simplificação do trabalho” que “leva a reduzir

o outro às instruções, às normas, *ao que se demanda desse outro*; não se vê toda a complexidade do que faz o outro para gerir todos os problemas”. A atividade, desse modo, não é observada; é negligenciada (SCHWARTZ, 2010b, p. 136). Ao reconhecer que o outro não se reduz ao trabalho prescrito, passa-se a considerá-lo a partir das *dramáticas de uso de si*, já que “a vida ultrapassa os conceitos, os procedimentos” (SCHWARTZ, 2010b, p. 137).

A atividade de trabalho envolve o eixo do impossível e o eixo do invivível (SCHWARTZ, 2007). Enquanto o primeiro enfatiza o fato de a atividade humana não poder ser antecipada de maneira satisfatória, o segundo entende que uma vida com saúde não pode coexistir com a completa predeterminação das normas da atividade, sendo a renormalização necessária para uma vida saudável, em equilíbrio. De acordo com Schwartz, “o impossível é também o invivível”, expressando “a dialética permanente entre os dois registros [...] uma espécie de *dupla infidelidade* que se alimenta uma da outra”. Como o “meio é sempre infiel” (seguindo as ideias de Canguilhem), não há repetição exata de “um dia para o outro, ou de uma situação de trabalho a outra”; nunca será possível “listar totalmente, de maneira exaustiva, tudo aquilo que constitui um meio de trabalho” (SCHWARTZ, 2010a, p. 189). As infidelidades exigem *uso de si*, uso de capacidades, recursos e escolhas para gerir os impasses. Somente se con-

segue viver enfrentando as infidelidades, criando suas próprias normas, fazendo escolhas (p. 190).

A reflexão sobre as dramáticas de uso de si exige a observação da linguagem, (a) seja voltada para a linguagem do cotidiano do trabalho, “tomada na horizontalidade da atividade [...] é extremamente eficaz”, acompanha a atividade de trabalho; “é rica e o trabalhador a utiliza para regular sua atividade” (SCHWARTZ, 2010b, p. 134), (b) seja voltada para uma dimensão “mais distanciada em relação à história e à atividade” (p. 139). Juntas provocam a reflexão sobre a “complexidade da linguagem na atividade” (p. 135).¹²

A verbalização sobre a atividade laboral ou sobre as competências (muitas inconscientes) “muda a experiência das pessoas sobre sua própria atividade, sobre suas relações com os outros”. Tais reflexões levam Schwartz a discorrer sobre o problema do reconhecimento do trabalho, que remete à seguinte consideração: “há uma área, há um campo, uma zona que se conhece mal e que sabemos configurar-se como zona estrategicamente importante. Como se lida com isso? Quais são os diversos métodos possíveis para tentar ter clareza a respeito disso?” As respostas a esses questionamentos levariam a um possível reconhecimento do trabalho. O que deve ficar claro, no entanto, é que sempre algo fica de fora; nunca se verbalizará tudo sobre as competências; também, ao se delimitar competências, não se pode “limitar [encerrar] a pessoa ao que se diz sobre ela, pois ela

estará sempre envolvida em uma história”, sempre renovada (SCHWARTZ, 2010b, p. 140-141).

Essas observações sobre a relação linguagem e trabalho fazem emergir a impossibilidade de tudo se dizer, seja pela opacidade do trabalho, seja pela opacidade da linguagem, duas atividades humanas, portanto não transparentes, que têm como centro um ser humano industrioso, no dizer de Schwartz, e em permanente processo, no dizer de Bakhtin (2010b). Para tratar da relação problemática entre linguagem e trabalho, Schwartz (2010b, p. 143) expõe cinco pontos.

O primeiro ponto discute a difícil relação entre linguagem e trabalho em decorrência de uma entidade enigmática, designada por Schwartz como *corpo-si*. A dimensão do *corpo-si*, trazida pelo autor, indissocia o corpo físico e a mente; é fruto da interação social e abrange toda a dramática de uso de si: memória, emoções, maneiras de lembrar ou não, posição postural, voz, etc. Por isso, toda atividade de trabalho é sempre uma série de dramáticas de um *corpo-si*, integrado, que sintetiza diversas facetas do ser humano. O *corpo-si* é histórico, e todo trabalhador é sempre atravessado por valores e saberes, que variam entre diferentes graus, mais ou menos individuais ou gerais, que emergem no debate de normas (SCHWARTZ, 2010a, 2010b). “A maneira pela qual o corpo enfrenta as situações de trabalho equivale a um enfrentamento da história, porque esse

famoso corpo se formou, sem dúvida, na história da humanidade, mas na história de cada um também”. A passagem da experiência do *corpo-si* para a linguagem é limitada, “o que significa dizer que não podemos pôr tudo em linguagem: sempre nos escaparão elementos do que acontece em nossos circuitos, em nossas formas de adestramento (adestramento de nós mesmos sobre nós mesmos)” (SCHWARTZ, 2010b, p. 143).

O segundo ponto trata da impossibilidade de recuperar pela linguagem a atividade de trabalho devido ao fato de haver sempre uma ressingularização ou renormalização, mesmo que parcialmente. A colocação em palavras da atividade ou “a definição da situação por meio da linguagem (isto é, com conceitos que, por sua vez, se voltam sempre para o relativamente geral) será sempre considerada defeituosa”, em função da ressingularização (SCHWARTZ, 2010b, p. 144). O terceiro ponto é atribuído ao inconsciente, em duas acepções: um que “interpõe obstáculo à verbalização”, outro que revela “resistências ao acesso à linguagem”, como “coisas que esquecemos, coisas que não fazemos, atos falhos, coisas que fazemos bem, hostilidades [...]” (SCHWARTZ, 2010b, p. 144).

Quanto ao quarto ponto da dificuldade da relação entre linguagem e trabalho, Schwartz discute a “dimensão da transgressão”. Essa dimensão é inerente à atividade, considerando a sua constitutiva ressingularização. Com isso, o trabalhador sempre precisa “criar para

si mesmo, parcialmente, normas e leis” para gerir os “vazios de normas’ da situação: porque, seja qual for a situação, as normas antecedentes nunca serão suficientemente exaustivas ao ponto de dizer tudo o que você tem de fazer” (SCHWARTZ, 2010b, p. 144). Assumir as microtransgressões em palavras é “assumir o risco de dizer que não faz como foi prescrito”. Verbalizar “[...]é particularmente problemático porque sempre corresponde forçosamente a algo da ordem da transgressão”, em diferentes níveis (p. 145).

O último ponto está relacionado ao “dispositivo para tentar circunscrever a atividade, o reconhecimento [...], a validação das competências, mas também as questões de segurança, de prevenção etc.”. Algumas questões são levantadas para ilustrar a problemática: “em que circunstâncias e para quem se verbaliza seu trabalho, sua atividade? Quem vai tirar proveito disso?” São questões que evidenciam a necessidade de precauções, cuidados e garantias, tanto do lado do pesquisador quanto do pesquisado, “para que se desenvolva o meio favorável à tentativa de verbalização do trabalho”.

De acordo com Schwartz (2010b, p. 145), tendo em vista o conjunto de ponderações sobre a interface linguagem e trabalho, é muito importante verbalizar sobre o próprio trabalho para reconhecê-lo. No entanto, é preciso “controlar as condições em que se dá tal verbalização”, incluindo a relação micro/macro, os coletivos, as estruturas sociais.

Colocando em relação as considerações de Schwartz com a perspectiva bakhtiniana, observamos a pertinência de se considerar a linguagem a partir de sua natureza dialógica. Na linguagem, há uma inter-relação permanente com o outro (em diferentes dimensões), o que pressupõe uma heterogeneidade, mais ou menos aparente.¹³ Se há, na tessitura do discurso, uma gama de elementos que podem ser apreendidos, há outra que não é percebida. Isso significa que, mesmo se buscando colocar “tudo” em palavras, algo escapa. O enunciado, sendo um elo na cadeia da comunicação discursiva, estabelece complexas interações com outros enunciados, próximos e distantes, observáveis e não observáveis. Por conseguinte, o enunciado é atravessado por diferentes pontos de vista, que se cruzam e se interseccionam, resultando em encenações únicas, cujos efeitos de sentido são de responsabilidade de um sujeito dialógico singular (BAKHTIN, 1998, 2003a; BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006).

A constitutiva e tensa relação com o outro é fundamento epistemológico do pensamento bakhtiniano, em que o outro é condição indispensável para a existência do discurso, do sujeito e do sentido. A alteridade garante a não simplificação da atividade de linguagem e, por consequência, de trabalho, pois, na dinâmica relação com o outro, nada coincide, nada se repete. Há uma relação de interdependência entre o eu e o outro, já que o sujeito e o discurso, dimensões indissociáveis,

se constituem e se alteram na relação com outros sujeitos e outros discursos. Na singularidade da atividade de linguagem, redes de relações se instauram consigo próprio e com os outros e, nesse processo, o inacabamento é pressuposto: “[...] para viver preciso ser inacabado, aberto para mim – ao menos em todos os momentos essenciais –, preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente” (BAKHTIN, 2003c, p. 11).

Nessa direção, o pensador russo, ao discutir a autobiografia, observa que “o autor deve colocar-se à margem de si; vivenciar a si mesmo não no plano em que efetivamente vivenciamos a nossa vida; só sob essa condição ele pode completar a si mesmo [...]”. Tal particularidade não é uma prerrogativa da autobiografia, pois, conforme o filósofo da linguagem, “[...] até na vida procedemos assim a torto e a direito, avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes à nossa própria consciência [...]” (BAKHTIN, 2003c, p. 13). Se relacionarmos essa prática ao exercício de verbalização sobre a própria atividade, entendemos que o trabalhador deve olhar a sua atividade a partir do ponto de vista de outro, ou ainda, avaliar-se como outro, um outro para si mesmo. São perspectivas que, associadas às reflexões de Schwartz, revelam facetas do impossível (impossibilidade de antecipar-se satisfatoriamente) e do invivível (a necessidade de renormalização),

que instauram a abertura permanente, o inacabamento.

Dois momentos interdependentes, a *empatia* e a *exotopia*, são essenciais para se compreender a relação eu / outro, mesmo que o outro seja o eu-para-mim. Sempre é uma perspectiva alterada de se ver a si próprio e de ver o outro, o que indica um ser em processo, interconectado e alterado no evento do ato/atividade (BAKHTIN, 2003c, 2010b). O sujeito, nesse contexto, é dialógico e, não apagando a historicidade que o sustenta e singulariza seu dizer heterogêneo, não absorve uma só voz social, mas sempre muitas vozes; é “um agitado balaio de vozes sociais e seus inúmeros encontros e entrechoques[...] o mundo interior é uma arena povoada de vozes sociais em suas múltiplas relações de consonâncias e dissonâncias; e em permanente movimento” (FARACO, 2009, p. 84).

Na perspectiva da relação eu /outro, o filósofo da linguagem discute o *excedente de visão* como uma dimensão, condicionada pela singularidade e insubstituibilidade do lugar ocupado, que permite que se veja no outro o que ele próprio não pode ver. “O excedente de minha visão em relação ao outro indivíduo condiciona certa esfera do meu ativismo exclusivo, isto é, um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim” (BAKHTIN, 2003c, p. 22-23). São essas ações que completam o outro onde ele não pode completar-se.

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento (p. 23).

Tendo em vista a constitutiva interação eu / outro, os enunciados são produzidos como signos inter-relacionais, elásticos, configurando diferentes relações e correlações em situações concretas. “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se *refrata*”, já que “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 46). Ao refletir e refratar, o signo imprime uma dialética interna, tecida pela dinâmica coexistência de diferenças, fazendo reverberar valores e posições ideológicas. Assim, remetendo à verbalização sobre o trabalho, nos enunciados há reflexos e refrações, ou seja, aspectos da apreensão do trabalho vivo e aspectos que transbordam o trabalho, que vão além do observável. Nesse mesmo movimento, os diferentes obstáculos do dizer podem ser refletidos e/ou refratados, mostrados e/ou escondidos.

Na verbalização sobre o trabalho, há de se considerar também que sempre mudam as condições de produção do enunciado: interlocutores, projeto enunciativo, tempo, espaço. Por exemplo, na experiência vivida, a interlocução acontece com determinados parceiros; na verbalização sobre a experiência, os interlocutores são outros, as posições assumidas são outras; o projeto enunciativo é outro. O que significa que dizer algo em um momento não tem o mesmo sentido se se disser exatamente a mesma coisa logo em seguida. São características da linguagem e sua natureza dialógica, a linguagem viva, dinâmica em um movimento de porvir.

A impossibilidade de recuperar totalmente pela linguagem a atividade de trabalho (sempre ressingularizada) remete à impossibilidade de o enunciado ser repetido. No prefácio da edição inglesa de *Para uma filosofia do ato* (BAKHTIN, s.d., p. 7), Holquist resume com propriedade a atividade de compreensão: “todas as descrições dos atos diferem fundamentalmente dos atos tais como eles realmente são realizados”. Há uma impossibilidade de identificação integral, a impossibilidade de pura empatia como afirma Bakhtin. Essa reflexão remete a aspectos metodológicos e éticos, próprios das ciências humanas, que, tratando o objeto de estudo como um “ser expressivo falante [que] nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado”, preserva a alteridade constitutiva, em que o dis-

tanciamento é condição para se emitir conhecimento sobre o outro (BAKHTIN, 2003d, p. 395; 2003c).

A especificidade das ciências humanas para Bakhtin, conforme ressalta Amorim (2007, p. 36), “é ser ciências do discurso [já que] o objeto não é apenas falado, mas também objeto falante, pois ocupa um lugar de sujeito que fala ao pesquisador”. Na verbalização, seguindo Amorim (2001, p. 126), há uma alteridade que pressupõe um permanente movimento de sentido, o que faz com que a palavra procure a si própria na palavra do outro; “é na relação com as palavras dos outros que a sua faz sentido”. Tais particularidades reiteram não só o caráter dialógico da linguagem, mas também a eventicidade do ato ético, responsável, em que contemplador e contemplado têm participações definidas (BAKHTIN, 2010b).

Essas considerações evidenciam o caráter de vida tanto da atividade de linguagem quanto da atividade de trabalho, atividades plurais, constitutivamente dialógicas, e singulares, únicas, irreproduzíveis. Tal compreensão não anula a importância de o trabalho ser verbalizado; pelo contrário, a verbalização possibilita, sobretudo, a reflexão sobre a vivacidade da atividade laboral e sobre o (re)conhecimento da sua complexidade.

Considerações finais

A aproximação (ainda inicial) entre as abordagens dialógica e ergológica para tratar da relação entre linguagem e tra-

balho mostra-se bastante produtiva ao se considerar que ambas têm como centro de reflexão a atividade humana, seja na dimensão languageira, seja na laboral. Se do ponto de vista da translinguística a linguagem é constitutivamente dialógica, do ponto de vista da ergologia, a atividade de trabalho é enigmática. Tanto a atividade de linguagem quanto a de trabalho, pelas abordagens em foco, são complexas e opacas, o que significa dizer que sempre há sentidos outros a serem problematizados.

Considerando que, na atividade de trabalho, há confronto entre os valores incorporados (que produzem recursos para gerir variabilidades) e a *infidelidade do meio*, que sempre surpreende o trabalhador, somente uma concepção de linguagem que tenha como princípio a alteridade pode ser produtiva para abordar o trabalho como atividade industriosa. Tanto a translinguística quanto a ergologia consideram a dinamicidade do objeto de investigação, sua inconclusividade, heterogeneidade e singularidade. Dessa forma, essas abordagens preocupam-se em resgatar experiências, valores e saberes, de modo a pôr em discussão particularidades da tensão entre o socializado e o individual/singular.

Se a linguagem, em diferentes dimensões – *como* trabalho (operante, linguagem que faz), *no* trabalho (circundante, situação global) e *sobre* o trabalho (reflexão, linguagem que interpreta) –, é fundamental para revelar a complexidade do trabalho, como observa Nourouline

(2002), verbalizar *sobre o trabalho* (na imbricação *no e como* trabalho) é uma das importantes dimensões a ser considerada. A verbalização sobre o trabalho possibilita observar o que não é visível no trabalho real. Na tensão entre o refletir e o refratar, no jogo entre o dito e o não dito, as relações dialógicas instauradas proporcionam abertura para o debate e produção de conhecimento.

Nesse sentido, se a verbalização faz-se necessária para criar conhecimento sobre o que é o que não é aparente no trabalho, como o debate de normas, as renormalizações, os impasses vividos, importante é ter como pressuposto uma abordagem teórico-metodológica que conceba a linguagem em sua dialogicidade, múltiplas relações de sentidos, como o faz a perspectiva bakhtiniana. As abordagens em foco, a translinguística e a ergologia, dentre outras características, têm como ponto de articulação a vida: a vida da língua e a vida do trabalho. A pesquisa como um ato ético, responsável, que aproxima essas duas abordagens não tem alibi; a esse ponto deve debruçar-se.

Langage et travail: dialogue entre la translinguistique et l'ergologie

Résumé

Compte tenu de l'importance de l'analyse des pratiques du langage pour la (re)connaissance de la complexité d'activités de travail distinctes, le présent article propose un dialogue entre des présupposés de la théorie bakhtinienne et l'approche ergologique, et ce afin de penser sur

la productivité d'un tel rapprochement pour des recherches étudiant l'interface entre langage et travail. L'objectif est de montrer que la perspective dialogique présente des aides substantielles pour le traitement du langage qui, en lien avec l'ergologie, contribue à la production de connaissance sur le travail.

Mots-clés: Approche dialogique. Perspective ergologique. Langage et travail. Activité humaine. Acte éthique.

Notas

- ¹ O Círculo de Bakhtin, constituído por um grupo de intelectuais que se reunia na Rússia, entre 1919 e 1929, para debater ideias e discutir interesses filosóficos em comum, tem como principais representantes da área da linguagem Bakhtin, Volochinov e Medvedev (MORSON; EMERSON, 2008; CLARK; HOLQUIST, 1998).
- ² França (2004, p. 115), ao participar de uma pesquisa com ergonomistas e psicólogos, observou que “nem todos viam com nitidez como uma linguista poderia contribuir para as intervenções” com “uma abordagem de linguagem que pudesse representar um ganho em relação àquelas realizadas pelos próprios ergonomistas”, já que pressupunham uma visão estruturalista da linguagem que conceberia “um ser humano dramaticamente reduzido ao seu falar”.
- ³ Sobre *A pesquisa em perspectiva dialógica*, consultar Di Fanti e Soares (2007).
- ⁴ A Clínica da atividade também considera como fundamental a participação do linguista na análise de atividades de trabalho. O linguista Daniel Faïta e o psicólogo do trabalho Yves Clot têm desenvolvido pesquisas articulando os pressupostos bakhtinianos e vygotskianos (CLOT; FAÏTA, 2000).
- ⁵ Sobre o tensionamento de vozes, consultar Di Fanti (2005).
- ⁶ Nos anos 1980, o grupo, formado pelo filósofo Yves Schwartz, o linguista Daniel Faïta e o sociólogo Bernard Vuillon, percebendo que a atividade de trabalho é complexa, propôs a aproximação da academia ao mundo do trabalho, o que desencadeou um estágio de formação contínua com trabalhadores da região de Provence na França. Tal estágio, proporcionando abordar as situações de trabalho com os próprios trabalhadores, permitiu uma troca entre os saberes acadêmicos e os saberes do mundo do trabalho (SCHWARTZ, 2006).
- ⁷ Sobre *Para uma filosofia do ato*, consultar reflexões desenvolvidas por Amorim (2009) e Sobral (2005).

- ⁸ As rubricas *enunciação* e *enunciado*, na obra bakhtiniana, conforme explica o tradutor Paulo Bezerra (BAKHTIN, 2003a), advêm do termo russo *vishkázivanie*, significando tanto o ato de enunciar em palavras, como o seu resultado, um romance, por exemplo. Por isso, o tratamento dado ao enunciado equivale ao da enunciação.
- ⁹ Sobre a relação linguagem e trabalho, consultar Sant'Anna (2004).
- ¹⁰ Dentre as diferentes metodologias desenvolvidas, não desconsiderando outros procedimentos, como a instrução ao sócia (baseada nos trabalhos de Oddone), o grupo de discussão e a entrevista, é válido destacar a autoconfrontação simples (FAÍTA, 1997, 2005) e a autoconfrontação cruzada (CLOT; FAÍTA, 2000; FAÍTA, 2002, 2005; CLOT, 2010), que têm sido aprofundadas sistematicamente em pesquisas desenvolvidas por Faíta e Clot. Uma das particularidades da autoconfrontação, ao aproximar pesquisado e pesquisador, é proporcionar que o trabalhador reflita sobre a *atividade realizada* (observável), no sentido de fazer emergir aspectos do *real da atividade* (não observável), como o que o que gostaria de ter feito, o que fez e não gostaria de ter feito, o que deixou de fazer etc.
- ¹¹ Utilizamos aspas conforme o original.
- ¹² Para Faíta (2002), o estudioso da linguagem, dentre as diferentes áreas, ocupa um lugar privilegiado para observar movimentos discursivos e sucessivos efeitos de sentido no âmbito dos diálogos instaurados no trabalho.
- ¹³ Authier-Revuz (2011) desenvolve importantes reflexões sobre diferentes heterogeneidades (mostradas e constitutivas).

Referências

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro*. Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa, 2001.

_____. *Raconter, démontrer, ... survivre*. Formes de savoirs et de discours dans la culture contemporaine. Paris: Édition Érès, 2007.

_____. Para uma filosofia do ato: "válido e inserido no contexto". In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin*: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009. p. 17-43.

AUTHIER-REVUZ, J. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer. *Letras de Hoje* - Alteridade, Dialogismo e Polifonia. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 6-20, 2011.

BAKHTIN, M. O discurso no romance (1934-1935). In: _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1975). 4. ed. Tradução Aurora Bernardini et al. São Paulo: Ed. da UNESP, Hucitec, 1998. p. 71-133.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: _____. *Estética da criação verbal* (1979). 4. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 261-306.

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas (1959-1961). In: _____. *Estética da criação verbal* (1979). 4. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 307-335.

_____. O autor e a personagem na atividade estética (1922-1924). In: _____. *Estética da criação verbal* (1979). 4. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003c. p. 3-192.

_____. Metodologia das ciências humanas (1974). In: _____. *Estética da criação verbal* (1979). 4. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003d. p. 393-410.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). 5. ed. revista. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-1924). Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato* (1920-1924). Tradução Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. Versão destinada para uso didático e acadêmico. s.d.

BAKHTIN, M. [VOLOCHINOV, V.] *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (1929). Tradução Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTINE, M. *Pour une philosophie de l'acte* (1920-1924). Traduit du russe par Ghislaine Capogna Bardet. Paris: Editions L'Age d'Homme, 2003.

- BRAIT, B. Introdução: Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 7-10.
- CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin* (1984). Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CLOT, Y. O diálogo em desenvolvimento: M. Bakhtin no trabalho. In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). *Círculo de Bakhtin: diálogos in possíveis*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 175-198.
- CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. *Travailler*, Revigny-sur-Ornain, n. 4, p. 7-42, 2000.
- DI FANTI, M. G. C. A tessitura plurivocal do trabalho: efeitos monológicos e dialógicos em tensão. *Alfa*, São Paulo, v. 2, n. 49, p. 19-40, 2005.
- _____. *Linguagem e construção de sentidos: abordagem dialógica da atividade*. Projeto de pesquisa, PUCRS, 2009.
- DI FANTI, M. G. C.; SOARES, A. E. A pesquisa em perspectiva dialógica. In: *IV Fórum Internacional de Ensino de Línguas Estrangeiras - Cultura e Diversidade - FILE IV*, Pelotas, 2007.
- FAÏTA, D. La conduite du TGV: exercices de styles. *Champs Visuel*, n. 6, L'Harmattan, p. 122-129, 1997.
- _____. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (Org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Tradução Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: 2002. p. 45-60.
- FAÏTA, D. *Análise dialógica da atividade profissional*. Tradução e organização: Di Fanti, M. G., França, M., Vieira, M. Rio de Janeiro: Express, 2005.
- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- _____. Um posfácio meio impertinente. In: BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-1924). Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 147-158.
- FRANÇA, M. B. No princípio dialógico da linguagem, o reencontro do *Homo loquens* com o ser humano industrial. In: FIGUEIREDO et al. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 115-131.
- MORSON, G. S.; EMERSON, C. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Ed. da USP, 2008.
- NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (Org.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Tradução Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.
- PONZIO, A. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável* (1920-1924). Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 9-38.
- SANT'ANNA, V. L. A. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.
- SCHWARTZ, Y. *Travail et philosophie: convocations mutuelles*. 2. ed. Toulouse: Octarès, 1994.
- _____. *Reconnaisances du travail: pour une approche ergologique*. Paris: PUF, 1997.
- _____. *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.

_____. Entrevista. *Revista trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2006.

_____. Un bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité. *@ctivités Revue Electronique*, v. 4, n. 2, p. 122-133, 2007.

_____. Trabalho e uso de si. Tradução Maria Elisabeth B. de Barros. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord. da tradução e revisão técnica de Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: EdUFF, 2010a. p. 189-204.

_____. A linguagem em trabalho. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva e Décio Rocha. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord. da tradução e revisão técnica de Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: EdUFF, 2010b. p. 131-148.

_____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Revista trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord. da tradução e revisão técnica de Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: EdUFF, 2010.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Atividades linguageiras e atividades de trabalho. *Alfa*, São Paulo, v. 2, n. 49, p. 7-18, 2005.

TODOROV, T. *Mikahil Bakhtine: le principe dialogique suivi de écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista Histedbr*, número especial, p. 93-113, 2010.